

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.561.781 - PR (2019/0236098-4)**

**RELATORA** : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**  
**AGRAVANTE** : VALDECIR WAGNER  
**ADVOGADO** : IVERALDO NEVES - PR053697  
**AGRAVANTE** : EDSON CLAUMANN  
**ADVOGADO** : JULIANA FABYULA ZANELLA CLAUMANN E OUTRO(S) - PR048210  
**AGRAVADO** : T. S. DUARTE MAGALHAES - COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI  
**AGRAVADO** : IVAN BEIRA MAGALHAES  
**ADVOGADO** : IJAIR VAMERLATTI E OUTRO(S) - PR014928

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por VALDECIR WAGNER (1º agravante) contra decisão que inadmitiu recurso especial, fundamentado no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

Da análise dos autos, constata-se que a decisão agravada inadmitiu o recurso especial com base neste(s) fundamento(s):

i) inadmissibilidade de recurso especial fundado em violação de dispositivo constitucional;

ii) incidência da Súmula 7 do STJ;

iii) ausência de violação dos arts. 489 e 1.022 do CPC/15.

Entretanto, a parte agravante, a par de sustentar a invasão da competência constitucional do STJ, não demonstrou, de maneira consistente, a inaplicabilidade do(s) seguinte(s) óbice(s): inadmissibilidade de recurso especial fundado em violação de dispositivo constitucional; e incidência da Súmula 7 do STJ.

O agravo que não impugna, especificamente, todos os fundamentos da decisão recorrida não deve ser conhecido, conforme disposto na Súmula 182/STJ.

Forte nessas razões, **NÃO CONHEÇO** do agravo em recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Nos termos do art. 85, §11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado da parte agravada em virtude da interposição deste recurso, majoro os honorários fixados anteriormente em 10% sobre o valor da condenação (e-STJ fl. 700) para 11%, observada eventual concessão da gratuidade de justiça.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação ao pagamento das penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília(DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
Relatora